

EDIFÍCIO SÃO VITO: PODER PÚBLICO, IMPRENSA E ESTIGMATIZAÇÃO

THE SÃO VITO BUILDING: PUBLIC POWER, THE PRESS AND STIGMATIZATION

RENATA MONTEIRO SIQUEIRA

Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, SP, Brasil

R E S U M O : A partir dos anos 1980, a prefeitura de São Paulo empreendeu um projeto de urbanização para o Parque Dom Pedro II que teve continuidade ao longo de várias administrações. Nesse contexto, propuseram-se, diversas vezes, intervenções no Edifício São Vito, vizinho ao parque. Esse grande edifício de quitinetes, construído na década de 1950, sendo local de moradia de uma população de baixo poder aquisitivo, foi demolido em 2010. O imóvel ficou conhecido como uma ocupação irregular e perigosa, embora fosse habitado predominantemente por proprietários e inquilinos formais. A construção desse estigma, com a participação decisiva da imprensa, foi fundamental para justificar as duas tentativas de intervenção pública no prédio, ocorridas, respectivamente, nas décadas de 1980 e 2000. O caso relativamente recente, ainda que um tanto esquecido, leva à percepção de que ideias reproduzidas como “senso comum” são, na realidade, cuidadosamente elaboradas e incorrem na naturalização de noções que nada têm de consensuais.

P A L A V R A S - C H A V E : Renovação Urbana, Edifício São Vito, Estigmatização e criminalização da pobreza, Imprensa e políticas públicas, São Paulo

A B S T R A C T : *Since the 1980s, various administrations at the São Paulo City Hall have contributed to an urban project for Parque Dom Pedro II, inside which, on several occasions, the São Vito building has become a public issue. This giant building of small apartments was built in the 1950s. It became established as a place of residence for a low-income population, but was demolished in 2010. The building was generally perceived as an irregular, dangerous occupation, whereas it was in fact inhabited mainly by owners and formal tenants. The social construction of this stigma, contributed to by the local press, was fundamental in justifying two public intervention attempts on the building, during the 1980s and 2000s. This relatively recent case, although already somewhat forgotten, demonstrates that notions often reproduced as “common sense” are in reality carefully elaborated, incurring on the naturalization of ideas that are not consensual.*

K E Y W O R D S : *Urban Renewal; São Vito Building; Stigmatization and Criminalization of Poverty; the Press and Public Policies; São Paulo*

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n2p269>

INTRODUÇÃO

Há alguns anos, quem passeasse pelos mirantes do centro de São Paulo, em pontos como a rua Boa Vista ou o Pátio do Colégio, podia avistar um prédio enorme que se destacava na paisagem. Longe de configurar um “cartão-postal”, o edifício São Vito costumava ser apontado como um dos piores endereços da cidade, sendo popularmente conhecido como sua “maior favela vertical”. Esse estigma o acompanhou desde, pelo menos, a década de 1980, época em que foram formuladas as primeiras propostas de intervenção pública no imóvel, no contexto de valorização da área central, em especial do Parque Dom Pedro II, seu vizinho. Entre 2010 e 2011, o edifício, esvaziado pela prefeitura em 2004 para ser reformado, foi, em vez disso, demolido. Essa história permite tecer considerações críticas sobre a forma como são conduzidas as políticas urbana e habitacional em São Paulo – modelo que é reproduzido há várias décadas.

A demolição de edifícios apoiada em processos de estigmatização não se restringe ao caso paulistano. Ao contrário, trata-se de uma prática observável na política urbana de diversas partes do globo. Um exemplo emblemático é o do Pruitt-Igoe, em Saint Louis, Estados Unidos, demolido em 1972. Esse acontecimento foi divulgado como a “morte da arquitetura moderna” (JENCKS, 1984, p.9), dando consolidação ao entendimento de que o projeto arquitetônico foi responsável pelo fracasso do conjunto habitacional. Com isso, foram ignorados fatores de ordem política, econômica e social associados aos problemas a que os imóveis e sua população estiveram sujeitos (BRISTOL, 1991, p.163)¹. O conjunto era habitado unicamente pela faixa mais pobre da população negra da cidade, no âmbito de um plano de erradicação de “*slums*”. O processo de estigmatização levou a sérias repercussões nas vidas dessas pessoas, entre elas a perda da moradia². Outros casos da historiografia da arquitetura revelam processos semelhantes. O estudo deles, no entanto, escapa do objetivo deste artigo.

O São Vito foi tema de alguns trabalhos, principalmente após sua desocupação, em 2004. A maioria desses estudos posicionou-se criticamente à demolição, no âmbito das lutas por moradia e das disputas territoriais no centro de São Paulo. Estudando a atuação dos movimentos sociais de moradia e sem-teto na década de 1990, Miaksugo (2008) analisou os programas urbanísticos e habitacionais formulados pelo Poder Público para a área central no início dos anos 2000. Nesse contexto, foi apresentada a proposta de intervenção no São Vito, assinalando o pressuposto de valorização urbana, por tratar-se de um imóvel de “má fama” localizado em um “cartão-postal” da cidade. Segundo o autor, a alcunha de “favela vertical” devia-se às más condições físicas do imóvel e a seus problemas condominiais (MIAKSUGO, 2008, p.149). Ramos (2009), tratando de ocupações de edifícios abandonados em São Paulo, caracterizou o imóvel como “aluguel rentista ou cortiço”. Embora tenha sido crítica à intervenção, caracterizada por ela como “um projeto de valorização econômica” promovido pelo Poder Público (RAMOS, 2009, p.17), ao referir-se ao prédio como “cortiço”, a autora reproduziu a noção distorcida de ocupação informal. Galvão (2012) propôs um roteiro para análise de edifícios de apartamentos antigos, diagnosticando potencialidades e limitações para sua reabilitação. Ele destacou os transtornos ligados à geração de entulho decorrente da demolição dos edifícios São Vito e Mercúrio em 2010 (GALVÃO, 2012, p.9). Entretanto, não problematizou a ação pública sobre o edifício, posicionando-se favoravelmente à sua reforma.

¹ Desviou-se, inclusive, do fato de que havia uma oposição política ao *Welfare State* e à produção de moradia pelo Estado. Vale ressaltar, ainda, que os reduzidos recursos para a manutenção de Pruitt-Igoe colaboraram para seu colapso (NEW YORK TIMES, 26/01/2012, p.C1)

² Em um documentário de 2012, *The Pruitt-Igoe Myth*, dirigido por Chad Freidrichs, depoimentos de antigos moradores do conjunto habitacional, marcados por lembranças afetivas da época em que lá viveram, contrariam os argumentos de que aquele fosse apenas um lugar de crime, violência, vandalismo etc.

Esses trabalhos, apesar da perspectiva crítica, reproduziram, parcialmente, o mesmo estigma que deu legitimidade aos projetos defendidos pelo Poder Público para o edifício. Ao naturalizar a noção de “favela vertical”, identificar o imóvel com um “cortiço” ou não indagar sobre a efetiva necessidade de intervenção pública, eles ignoraram que o edifício era, na realidade, apenas um prédio habitado por pessoas de baixa renda. Neste artigo, analisamos o processo de estigmatização do São Vito para demonstrar que a associação de sua imagem à ideia de ilegalidade e criminalidade foi essencial para justificar uma intervenção pública no imóvel. Tanto a reforma quanto a demolição prestaram-se a um projeto de valorização urbana descolado da problemática social por meio da qual o Poder Público e a imprensa procuraram revestir o caso.

O processo de intervenção no São Vito inscreveu-se no plano mais amplo de reurbanização do Parque Dom Pedro II, cujas primeiras discussões remontam à década de 1980. É dado enfoque às estratégias usadas na construção de uma opinião pública sobre o edifício, a partir da articulação entre o poder municipal e a imprensa, que legitimou as intervenções no edifício privado. A análise proposta contribui para o debate sobre as políticas voltadas para o centro da cidade. O recorte temporal inicia-se com o primeiro projeto urbano formulado pela prefeitura para o Parque Dom Pedro em 1981 e encerra-se com a demolição do edifício em 2010. Desde então, a política urbana sofreu alterações contingenciais, mas não alterou a lógica de operação do Poder Público sobre a área.

O EDIFÍCIO SÃO VITO E O PARQUE D. PEDRO II

O São Vito foi um grande edifício localizado na Avenida do Estado, região central da cidade de São Paulo, tendo como vizinhos monumentos como o Mercado Municipal, o Palácio das Indústrias, além do Parque Dom Pedro II. De autoria dos parceiros Aron Kogan e Waldomiro Zarzur, foi inaugurado em 1959. Esse foi um momento de *boom* imobiliário, no âmbito do qual houve uma volumosa produção de grandes edifícios de referencial moderno, muitos dos quais com espaços “multifuncionais” (ROSSETTO, 2002, p.40). Com 27 andares, 24 apartamentos por andar, somando, no total, 600 quitinetes, o São Vito foi um dentre vários imóveis de tipologia semelhante projetados naquele período, como o Copan³, próximo à Praça da República, o Nações Unidas⁴, na Avenida Paulista, o conjunto de edifícios da rua Paim⁵, na Bela Vista, etc.

O Parque Dom Pedro II, inaugurado nos anos 1920 sobre a antiga Várzea do Carmo, tinha como uma de suas premissas retirar da área uma população pobre e marginalizada. Em 1917, o prefeito Washington Luís defendeu a construção do parque sobre a várzea com o argumento de que: “Lá, segundo ele [...], se reúne a vasa da cidade, numa promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez [...], de restos inomináveis de vencidos de todas as nacionalidades, em todas as idades, todos perigosos” (*apud* PAOLI, 1991, p.31).

3 Projeto de Oscar Niemeyer, de 1951. As obras foram finalizadas em 1966 (ROSSETTO, 2002, p.43).

4 Projeto de Abelardo de Souza, de 1953. O edifício foi concluído em 1956 por (ROSSETTO, 2002, p.44).

5 Composto pelos edifícios Demoiselle, 14 Bis e Caravelle, esse conjunto foi projetado em 1956 por Aron Kogan, mesmo arquiteto do Edifício São Vito (ROSSETTO, 2002, p.46).

Figura 1: Inserção urbana do edifício São Vito



Fonte: *Google Earth* (2009). Autoria: Elaboração própria sobre imagem do *Google Earth* (2009).

Figura 2: Vista aérea do Parque D. Pedro II em 1954 – Edifício São Vito em construção



Fonte: Foto de Henri Ballot. BURGOS, Fábio. Projeto do Improviso? São Paulo: Grupo de discussão do curso de arquitetura e urbanismo da universidade São Judas Tadeu. Disponível em: http://www.saojudasnu.blogger.com.br/2005_01_01_archive.html. Acesso em: 10 out. 2009.

6 Nos anos 1970, a “deterioração urbana”, caracterizada pelo poder público como um processo natural ligado a fatores a poluição e o trânsito, passou a justificar uma série de intervenções no centro da cidade. No Brasil, Villaça (1993; 2001) explorou o conteúdo ideológico desse conceito.

A partir dos anos 1960, a construção de diversos viadutos e alças de acesso, como os Viadutos Diário Popular e 25 de Março, da Avenida Radial Leste, da Avenida do Estado e de um terminal de ônibus descaracterizou o parque, prejudicando seu uso como espaço público. Nesse período, houve também um processo de esvaziamento do centro da cidade, acompanhado pelo deslocamento dos investimentos públicos. Esse fenômeno ficou ideologicamente conhecido como “deterioração urbana”⁶. O São Vito se consolidou, assim, como um edifício habitado predominantemente por pessoas de baixa renda. Com problemas de manutenção, o imóvel passou a ser identificado como um símbolo da “decadência do centro”.

Figura 3: Edifício São Vito e seu entorno nos anos 2000



Fonte: Revista Online *Viver Cidades*, 24/11/2006. Disponível em: http://www.vivercidades.org.br/publique_222/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?from_info_index=19&infoid=1143&query=simple&search_by_authorname=all&search_by_field=tax&search_by_headline=false&search_by_keywords=any&search_by_priority=all&search_by_section=all&search_by_state=all&search_text_options=all&sid=18&text=vito (acesso em 10 out. 2009).

Como resposta a esse processo, surgiram, ainda na década de 1970, as primeiras iniciativas públicas de reurbanização de áreas do centro (KARA JOSÉ, 2007, p.41-2). Desde então, a região do Parque D. Pedro II foi recorrentemente alvo de projetos de “revitalização”, transcendendo questões partidárias e/ou ideologias políticas⁷.

Em 1981, durante a administração de Reynaldo de Barros, decretou-se uma lei de reurbanização da Zona Sé-Brás pela Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), que abrangia o parque. Pela proposta, aventava-se a possibilidade de desapropriar edifícios de interesse para o projeto (FSP, 06/12/1980, p.9). Segundo os jornais, a reurbanização do parque visava “deter o processo de deterioração do local, descaracterizado nos últimos anos com a perda de áreas verdes, sua transformação em terminal de ônibus, canteiro de obras do Metrô e pela construção de inúmeros viadutos e avenidas”, acrescentando, ainda, que a medida fazia parte de um “trabalho de valorização e revitalização dessas áreas históricas do Centro” (FSP, 04/04/1981, p.12). O sucessor, Mário Covas, deu continuidade ao projeto, objetivando “recuperar extensas áreas urbanas deterioradas; revitalizar a área central da cidade; [...] e favorecer a ocupação concentrada ao longo da linha metroviária” (EMURB, 1985, p.4). Entretanto, essa administração priorizou os investimentos na periferia da cidade e suspendeu a execução do plano para o parque (KARA JOSÉ, 2007, p.54).

Jânio Quadros (1986-1988) renovou o interesse pela área e empreendeu uma série de obras. O político assumiu que a viabilidade de qualquer proposta para a região dependia da provisão de uma “solução definitiva” para o São Vito (EMURB, 1986, p.06). Durante a prefeitura de Luiza Erundina (1989-1992), o parque continuou a

⁷ O debate em torno da deterioração urbana originou conceitos como “requalificação” e “revitalização”, que orientaram as intervenções urbanas (MEYER, 1987; 1993) e foram mantidos nos discursos de agentes públicos e privados, mesmo após serem problematizados (KARA JOSÉ, 2007, p.41).

ser objeto de atenção política, no entanto, a proposta de intervenção no edifício foi abandonada. No lugar disso, sugeriu-se a demolição dos viadutos, o que acarretou uma forte reação contrária na imprensa (FSP, 25/03/1992, p.3). Em 1996, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) organizou o Concurso Nacional de Ideias para um Novo Centro de São Paulo, no qual o Parque Dom Pedro II estava contemplado. Com a eleição de Marta Suplicy (2001-2004), o parque e seu entorno foram novamente alvo de reformas. As gestões que a sucederam, de José Serra (2008-2009) e Gilberto Kassab (2009-2011), respectivamente, deram continuidade ao projeto, com reformulações que repercutiram diretamente na história do São Vito. Assim, desde a década de 1980, no contexto da reurbanização do Parque Dom Pedro II, o edifício São Vito esteve, implícita ou explicitamente, na mira do Poder Público.

Três administrações propuseram intervenções diretas sobre o imóvel: a de Jânio Quadros (PTB), de Marta Suplicy (PT) e a de Serra-Kassab (PSDB/DEM). Na primeira ocasião, investiu-se na sua demolição. Na segunda, cogitou-se tanto demoli-lo como reformá-lo, e, no fim, optou-se pela reforma. Ambas as tentativas foram frustradas. Em 1988, Jânio voltou atrás em sua decisão após fazer um acordo com o condomínio (FSP, 22/06/1988, p. A11). O projeto empreendido por Marta foi modificado por seus sucessores, Serra e Kassab, que concretizaram a demolição do imóvel em 2010.

Apesar de o São Vito ter sido inteiramente desapropriado e desocupado em 2004, sob o compromisso de ser reformado para a produção de Habitação de Interesse Social (HIS), os novos gestores alegaram a inviabilidade da proposta e passaram a defender sua implosão (OESP, 15/02/2005, p.C6; FSP, 10/10/2006, p.C1). Para isso, era necessário demolir o edifício Mercúrio (OESP, 24/11/2006, p.C11), unido ao São Vito. Esse imóvel, com 144 unidades, foi desapropriado pela prefeitura e seus últimos moradores foram despejados em 2009 (OESP, 12/02/2009). Juntos, os dois edifícios somavam cerca de 750 apartamentos, em uma das áreas mais bem servidas de infraestrutura da cidade. A despeito da resistência organizada contra a demolição, que levou inclusive à promoção de uma Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Estado (FSP, 26/01/2009), ela efetivou-se durante a administração de Gilberto Kassab, entre 2010 e 2011⁸. Atualmente, após funcionar como estacionamento durante algum tempo, a chamada “praça São Vito” foi concedida ao Serviço Social do Comércio, SESC -SP, para a construção de uma nova unidade. Enquanto isso, ocorre a “Ocupação Sesc Parque Dom Pedro II”.

⁸ A implosão do imóvel era tecnicamente inviável. Assim, a demolição foi feita tijolo por tijolo (FSP, 28/11/2010, p.C4).

POLÍTICAS PÚBLICAS, IMPRENSA E ESTIGMATIZAÇÃO

Confrontando as notícias sobre o São Vito publicadas na imprensa de grande circulação com os projetos defendidos e empreendidos pelo Poder Público entre 1980 e 2009⁹, constatamos uma relação entre o volume de notícias publicadas e as investidas contra o edifício. Os dois períodos de maior publicidade foram entre 1986 e 1992, sob a administração de Jânio Quadros e de Luíza Erundina, e entre 2002 e 2009, no âmbito da “renovação” do centro na gestão de Marta Suplicy e seus desdobramentos. A imprensa teve um duplo papel: produziu a estigmatização do imóvel e influenciou a definição das políticas públicas que incidiriam sobre ele.

⁹ Foram pesquisadas notícias entre 1980 e 2009 nos jornais *O Estado de São Paulo* (OESP), *Jornal da Tarde* (JT) e *Folha de São Paulo* (FSP). Foram encontradas 69 notícias, sendo 39 no OESP, 13 no JT e 17 na FSP. Os projetos urbanísticos foram pesquisados nos arquivos da EMURB e da COHAB, na Prefeitura Municipal de São Paulo.

As estratégias de desqualificação do edifício São Vito pela imprensa foram semelhantes nos dois períodos analisados. Os pressupostos da reurbanização do entorno demandavam uma transformação radical do prédio, que só poderia ocorrer com a intervenção direta do Poder Público. Ao defender a premência de “recuperar” a área “deteriorada”, a imprensa caracterizou as intervenções como consensuais, prescindindo de uma discussão prévia. Ao mesmo tempo, seu discurso encobriu a violência a partir da qual os projetos propostos interferiam na vida dos moradores. A estigmatização do São Vito contribuiu para fazer do edifício privado uma questão pública perante a sociedade, sem, contudo, engendrar um verdadeiro debate. A síntese desse “procedimento” foi a terminologia difundida pela imprensa para designar o edifício, atribuindo-lhe uma nova identidade: “treme-treme”, “cortiço vertical”, “favela vertical”.

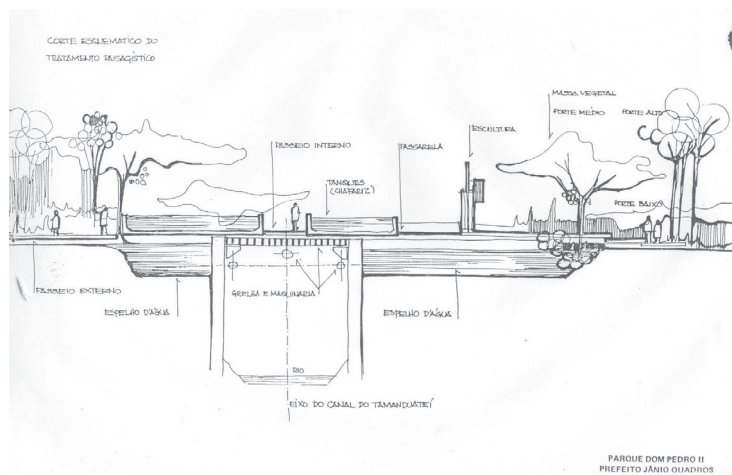
ANOS 1980: A CONSTRUÇÃO DO ESTIGMA

Entre 1986 e 1988, a imprensa abordou o São Vito sob três perspectivas distintas. Primeiro, ela defendeu a demolição do prédio no contexto da reurbanização do parque. Em seguida, explorou a inadequação das instalações de segurança contra incêndio. Após ter sido frustrada essa investida, passou a atacar os próprios moradores, retratando-os como criminosos. Nas reportagens, chama a atenção o fato de que a única solução posta como possível para os problemas denunciados tenha sido a demolição do imóvel, enquanto outras alternativas, como a efetiva adequação das instalações físicas e a punição dos eventuais criminosos, não tenham sido discutidas.

Em dezembro de 1986, Jânio Quadros criou o Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI) Permanente do Parque Dom Pedro II, incumbido de projetar a reurbanização do parque, através do Decreto nº 23.257. Anexo ao decreto, foi apresentado um memorial para subsidiar a ação do grupo, em que se afirmava que

[o] Edifício São Vito [...] não passa[va] de uma favela vertical. [Era] óbvia a eminência de uma catástrofe, seja pela condição de segurança que o prédio oferec[ia] seja pela superpopulação habitante. Não h[avia] condições de renovação daquela área sem decisão sobre uma solução definitiva do Edifício São Vito (EMURB, 1986, p.6, grifo da autora).

Figura 4: Corte do Projeto de Reurbanização do Parque Dom Pedro II



Fonte: Empresa Municipal de Urbanização, 1986, p.6.

Pouco depois, a quadra do edifício foi decretada de interesse público, com vistas à reurbanização do parque (OESP, 14/02/1987, p.50; FSP, 14/02/1987, p.A12). Os jornais anunciaram que o prédio seria “simplesmente demolido, a praça que ocupa[va] voltar[ia] a ser praça, integrando o parque Dom Pedro II” (OESP, 14/02/1987, p.50).

Porém, as reportagens que se seguiram ocultaram a relação entre a reurbanização do parque e a intervenção sobre o imóvel. Em maio de 1987, ele foi apontado como um dos piores edifícios residenciais de São Paulo no que dizia respeito à proteção contra incêndios. Nessa ocasião, afirmou-se que, apesar de encontrar-se em “situação caótica”, ele não seria interditado, em decorrência do problema social que a medida acarretaria: “Onde iríamos colocar essas famílias? Teríamos de estar preparados para um *desfavelamento vertical*” (OESP, 3/05/1987, p.23, grifos da autora). Nesse sentido, constata-se que, embora o foco da reportagem estivesse voltado para as instalações físicas do imóvel, a estigmatização da população estava presente, sugerindo a informalidade e a clandestinidade da ocupação. Tudo levava a crer que a condição de insegurança se devia ao fato de se tratar de uma favela. Construiu-se um argumento circular em que a população favelada conduzia à degradação do edifício e de seu entorno; a degradação, à necessidade de remover a população; e a remoção era justificada porque se tratava de uma favela. Mesmo com o referido “problema social”, o São Vito foi interditado um mês depois (OESP, 13/06/1987, p.9), coincidindo com o início das obras de restauração do Parque Dom Pedro II (OESP, 12/05/1987, p.45). A necessidade de promover o *desfavelamento vertical* também estava presente no decreto de criação do GTI-Parque D. Pedro. “Fatos” noticiados na imprensa, aparentemente desvinculados, estavam, na realidade, imbricados, de modo a defender um determinado projeto urbanístico, sem explicitar a visão política que o sustentava. No fim de 1987, o problema físico foi posto de lado e os moradores do prédio passaram a ser retratados como criminosos, fazendo do edifício um território “sem lei”:

O edifício São Vito, enorme cortiço [...] é um território livre dentro da cidade de São Paulo [...]. Dentro dele, as leis brasileiras não são obedecidas e seus cinco mil moradores tentam seguir um código próprio. A polícia – nem mesmo a Guarda Civil Metropolitana – não se atreve a entrar no prédio. (OESP, 03/12/1987, p.18)

No dia seguinte, o mesmo jornal informou que o prefeito, baseado nessa reportagem, havia decidido pela implosão do edifício:

Com o objetivo de acabar de uma vez com o Edifício São Vito [...] o prefeito Jânio Quadros determinou ontem que seja desapropriado e posteriormente implodido [...]. A ordem do prefeito foi dada com base na reportagem publicada ontem pelo Estado, mostrando a situação desse prédio cujos moradores se recusam a permitir até a fiscalização municipal, e onde nem a polícia entra. (OESP, 04/12/1987, p.12)

A criminalização dos moradores, acrescida ao argumento da informalidade, justificava a intervenção “definitiva” sobre o imóvel, condenando-o à implosão, a despeito do custo social. No entanto, categorizar todo o edifício como uma “ocupação informal” é um equívoco. Uma pesquisa realizada em 2003 revelou que 156 dos apartamentos pesquisados eram ocupados por seus proprietários e 127 eram alugados. Além dessas unidades, 26 haviam sido cedidas por parentes e amigos e outras 71, pelo con-

domínio (DIAGONAL URBANA, 2003, p.54). Portanto, predominavam as relações formais de propriedade e inquilinato. Quanto à segurança, mesmo que existissem criminosos no imóvel, a penalidade não poderia ser estendida aos demais moradores. Considerando isso, houve uma generalização das condições de informalidade e criminalidade e postulou-se a demolição do edifício como solução para esses problemas. Ao fazê-lo, a imprensa ocultou a verdadeira motivação para a demolição, referente a um determinado projeto urbanístico para o Parque Dom Pedro, o qual, assim, nunca foi debatido. Nessa “encenação”, ignorando que a prefeitura já manifestara a intenção de demolir o edifício ao menos um ano antes, o jornal dava a entender que a implosão era um “remédio último” para os problemas sociais e de segurança denunciados:

[...] O remédio último [...] de desapropriar o edifício e implodi-lo, antes de significar uma decisão tomada num momento de surpresa coletiva pelas denúncias contidas em nossa reportagem [...][,] equivale a uma comprovação da omissão pública. A implosão, remédio último – repetimos – só é compreensível por não ter conseguido qualquer outra solução. [...] A posição do prefeito Jânio Quadros no caso é [...] perfeitamente compreensível. Afinal, já há meses que ele vem enfrentando o problema e sua decisão pela implosão é apenas o ponto culminante de quem não conseguiu outra solução. (OESP, 05/12/1987, p.11)

Sob forte policiamento, realizou-se uma nova vistoria para traçar o perfil socioeconômico da população do imóvel. No relatório, sugeriu-se que “embora alguns apartamentos se apresent[ass]em de forma mais razoável em termos de habitabilidade, de forma geral seria conveniente que o edifício fosse totalmente desocupado” (OESP, 08/12/1987, p.12). Todavia, a demolição foi inviabilizada pela falta de condições para prover uma alternativa habitacional aos moradores:

O secretário da Habitação confirmou que a Prefeitura não dispõe, até agora, de alternativas para a transferência de moradores, ‘embora muitos deles tenham condições financeiras de arrumar outro lugar pra morar’ (OESP, 08/12/1987, p.12).

Contradizendo o argumento anterior, retrataram-se os moradores como pessoas dotadas de autonomia financeira, de modo que não deveria ser uma incumbência da prefeitura oferecer alternativas de moradia para os desalojados. Isso revela a perversidade do episódio. Para defender a demolição, os argumentos eram a pobreza, a informalidade, a criminalidade e o risco de incêndio. Uma vez feita essa defesa, a prefeitura tinha de garantir as condições de viabilizá-la, o que incluía dar um destino à população, retratada até então como “carente”. Como não foram constituídos os meios para isso, deixou de existir o “problema social” e a “favela”; no seu lugar, surgiram moradores com condições financeiras para mudar-se por conta própria. Nesse ponto, entrevê-se que o projeto era demolir o imóvel e os moradores eram um empecilho, não uma “questão social”.

ANOS 2000: O SÃO VITO RESSURGE NA POLÍTICA URBANA E NOS JORNAIS

O São Vito ressurgiu na mídia em 2002. Durante a gestão de Marta Suplicy, empreendeu-se um projeto de valorização do centro, com investimentos que contem-

plaram a “recuperação ambiental e urbana” do Parque D. Pedro II (SARAIVA, 2003) e a reforma de monumentos arquitetônicos, como o Mercado Municipal e o Palácio das Indústrias, ambos com vista para o edifício. A intervenção visava, entre outros objetivos, estimular o turismo na região. Nesse sentido, por exemplo, foi criado no novo mercado uma área de restaurantes em que os visitantes podiam provar “tradicionais” petiscos paulistanos, como o pastel e o pão com mortadela, em versões mais ou menos refinadas. Ao mesmo tempo, incorporou-se um programa habitacional da supracitada gestão ao projeto urbanístico. O “Morar no Centro” apostava numa mistura de classes sociais, atraindo a classe média e atendendo às demandas de movimentos sociais (SILVA, 2000, p.1). Nesse contexto, voltou-se a propor uma intervenção no São Vito. Embora inserida na política habitacional, a investida contra o edifício não partiu da problemática social, mas da “recuperação de uma área degradada”. Tanto a reforma como a demolição foram consideradas (OESP, 10/08/2002, p.C1), sendo que a opinião da prefeita sobre o edifício foi idêntica àquela expressa pela administração de 1986:

O São Vito é um acinte à moradia popular. Hoje realmente é um lugar triste, devastado, com alta criminalidade e não dá pra se morar. A prefeita ainda classificou o São Vito [...] de “moradia triste, perigosa e não-qualificada”. “Ali não é uma moradia digna, e para tornar-se uma seria uma fábula”. (JT, 27/06/2003, p.A7)

Esse posicionamento acarretou uma reação de diversos setores, gerando uma pressão em favor da reforma do imóvel. Docentes da Universidade de São Paulo, como a professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Maria Ruth do Amaral Sampaio, publicaram artigos na imprensa embasando tecnicamente a posição contrária à demolição (OESP, 21/07/2003, p.A2). Moradores do edifício também expressaram sua aversão à manifestação da prefeita e apresentaram suas contrapropostas, como a aplicação dos recursos na reforma das áreas comuns e da fachada do imóvel, além de programas para melhorar as condições de limpeza (DIAGONAL URBANA, 2003, p.95).

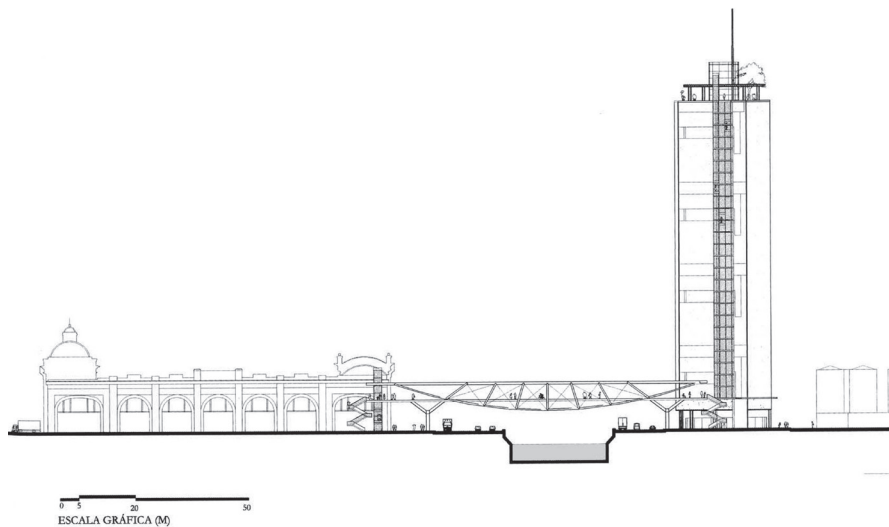
A opção pela reforma baseou-se em estudos socioeconômicos e estruturais que atestavam a inviabilidade política da demolição. Concomitantemente, divulgou-se um projeto arquitetônico dos arquitetos Roberto Loeb e Helena Saia para a reforma do edifício. Elementos desse projeto indicam sua sincronia com o projeto de valorização urbana e de promoção do turismo para a área:

Loeb [...] conta que o seu objetivo foi mostrar que é possível produzir boa arquitetura que combata o “preconceito contra a pobreza”. Para acabar com o isolamento do prédio, uma das razões de sua deterioração, [...] será construída uma passarela [de vidro] ligando o São Vito ao Mercado Municipal. (OESP, 14/08/2003, p.C3)

A passarela integrava o imóvel ao novo polo do turismo gastronômico da cidade, o que se complementava com a criação de uma cozinha-escola administrada pelas Faculdades Anhembi-Morumbi no térreo do edifício e de um bar no primeiro pavimento (FSP, 14/08/2003, p.C3). Os arquitetos também projetaram uma ligação, por meio de um calçadão, com o outro monumento reformado pela administração, o Palácio das

Indústrias, que futuramente abrigaria o Museu da Cidade (JT, 1/03/2004, p. 9A). Essas decisões de projeto, além da cor da fachada em branco-queimado, da criação de um mosaico em tons de azul e cinza por um artista plástico e da construção de um elevador panorâmico que dava acesso a um mirante na cobertura¹⁰ (FSP, 04/02/2004, p.C2), foram tomadas antes mesmo da definição do número de apartamentos por andar que restariam após a reforma. A princípio, previu-se apenas que esse número seria diminuído, ampliando a área de cada unidade, e que cada andar seria “personalizado” e diferente (FSP, 04/02/2004, p.C2)¹¹. Ao final, o número de apartamentos foi reduzido para 375 (15 por andar), divididos em dois condomínios separados, para facilitar a gestão¹².

Figura 5: Corte transversal do projeto de reforma do Edifício São Vito, por R. Loeb e H. Saia



Fonte: Superintendência de Habitação Popular-SP, 2003. HABI-SP. Edifício São Vito. Apresentação em Power Point para a prefeita Marta Suplicy em 27/07/2003. Documento não publicado.

O projeto sugeria que o combate ao “preconceito contra a pobreza” seria feito por meio da eliminação da “aparência de pobreza” do edifício. Apesar de não estar comprometida com o déficit habitacional, a proposta foi conduzida no âmbito do órgão habitacional da prefeitura e incluída no Programa de Arrendamento Residencial do governo federal, voltado a famílias a partir de três salários mínimos. Os moradores do São Vito que se enquadrassem no programa seriam priorizados no atendimento, mas teriam de readquirir o apartamento, caso já fossem proprietários, ou então precisariam comprá-lo, se fossem inquilinos¹³. Em um país em que o direito de propriedade prevalece sobre quase tudo, essa população foi injustamente destituída de suas garantias de proprietários ou de inquilinos, em um projeto alimentado pela ideia errônea, porém cuidadosamente elaborada, de que se tratava de uma ocupação informal, perigosa, cuja intervenção era legítima.

Em junho de 2004, o edifício foi inteiramente desocupado, sob a promessa de retorno de parte das famílias após a reforma, e implantou-se o Programa Bolsa Aluguel, benefício que perduraria durante a execução das obras¹⁴, “para quem não tive[sse] condição de se sustentar enquanto o edifício fo[sse] recuperado ou [de] comprar outro imóvel” (JT, 13/01/2004, p.14A). Desde então, o programa, criado como forma

10 No memorial do projeto, os arquitetos destacam que o mirante “descortina um amplo panorama da metrópole a partir do traçado do rio Tamanduateí, passando por regiões históricas envolvidas no skyline das zonas central, norte e leste”. Disponível em: <http://www.loebcapote.com/projetos/20/memorial>. Acesso em: 26 abr. 2017.

11 A proposta de reforma também incluía a instalação de outros equipamentos e serviços no edifício: um telecentro de inclusão digital, uma loja de conveniência 24 horas, uma creche, uma capela para São Vito, além de mercado, lavanderia, barbearia, alfaiataria e sala de vídeo (FSP, 14/08/2003, p. C3).

12 Cf. memorial do projeto. Disponível em: <http://www.loebcapote.com/projetos/20/memorial>. Acesso em: 26 abr. 2017.

13 Proprietários do São Vito problematizaram o fato de terem de readquirir o imóvel, mas essa questão não chegou a ser solucionada (OESP, 14/08/2003, p.C3). O problema também veio à tona na pesquisa socioeconômica do imóvel (DIAGONAL URBANA, 2003, p.96).

14 O Bolsa Aluguel, voltado para os inquilinos e proprietários que dele necessitassem, foi lançado em 12 de março de 2004 (OESP, 26/03/2004, p.C5) como forma de agilizar a desocupação do edifício. A partir de então, poderia ser adotado em outras áreas submetidas à intervenção do governo municipal (FSP, 26/02/2004, p.C3).

de atendimento provisório, assumiu um papel muito maior, sendo frequentemente a única solução oferecida aos moradores de áreas que sofrem com a intervenção do Poder Público. No entanto, foram relatadas dificuldades. Além de casos de falta de informação, houve resistência a aceitar ex-moradores do São Vito:

Os proprietários não sabiam o que era o Bolsa Aluguel. Quando fui alugar [...], ele perguntou o que eu tinha. Eu falei: “Eu tinha um apartamento no São Vito, que agora [...] foi desapropriado. Aí ele falou: “Tem algumas coisas, bens?”, aí eu tive que falar: “Tenho carro”, pra ele poder aceitar meu Bolsa Aluguel. [...] Era difícil... Olhavam o que era que “nós tinha”, eu não sei se era por causa do Bolsa Aluguel ou era porque nós “veio” do São Vito. (Entrevista com uma ex-moradora do imóvel feita pela autora em 26/05/2009)

Além disso, findo o prazo original, a nova administração não quis renovar o subsídio:

Eu paguei [o aluguel] durante um ano do meu bolso, porque a prefeitura não queria renovar. Aí, o Ministério Público entrou com um processo contra a prefeitura e ela teve que renovar. Vai acabar agora o Bolsa Aluguel em abril de 2010, e o que é que vou fazer? (Entrevista com uma ex-moradora do imóvel feita pela autora em 26/05/2009)

Em 2009, cinco anos após a desocupação do imóvel, antigos moradores afirmavam ainda não ter recebido as indenizações referentes à desapropriação, em torno de R\$ 5 mil, valor que jamais alcançaria a aquisição de imóvel semelhante na mesma região (idem, *ibidem*). Como se sabe, o governo subsequente não deu continuidade ao projeto de reforma¹⁵. Com o argumento da inviabilidade da proposta, os novos prefeitos, José Serra e Gilberto Kassab, passaram a articular a demolição do prédio, ignorando os acordos feitos previamente.

O depoimento de uma antiga moradora do edifício constitui um contraponto à imagem que se consolidou sobre o imóvel, de uma “invasão”, “ocupação irregular” foco de criminalidade. F***¹⁶ veio de Recife em 1991, recém-casada. Trabalhava com o marido fazendo carretos e, em São Paulo, sempre morou na região central:

Eu pagava aluguel e conheci um policial aposentado da polícia civil de São Paulo. Ele ofereceu um apartamento pra nós comprar. Aí meu marido achou o preço razoável e nós compramos e fomos morar no São Vito. E ficamos 11 anos no São Vito. (idem, *ibidem*)

Para F***, no São Vito havia muita união entre os vizinhos, considerados por ela como “uma família”. Fora do imóvel, vivendo em um apartamento alugado na rua Santa Rosa, sentia falta do apoio dos vizinhos. A ex-moradora indignava-se com a desistência da prefeitura em reformar o São Vito, apesar da carta de compromisso que recebera da administração anterior. Mais ainda, estava incomodada pelo fato de não ter, cinco anos após a desocupação do imóvel, recebido a indenização que lhe cabia.

No Plano Diretor Municipal de São Paulo de 2004, o São Vito foi instituído como Zona Especial de Interesse Social, de modo que, legalmente, qualquer intervenção naquele perímetro deveria contemplar predominantemente projetos de Habitação de Interesse Social e de Habitação do Mercado Popular (Art. 140, II, da Lei 13.885/2004). Dessa forma, o destino do prédio acena para uma frustração com re-

15 O governo de Marta Suplicy tentou a reeleição e, contando com isso, assumiu o projeto de reforma no fim do primeiro mandato. No entanto, Marta não venceu o pleito, entregando à administração sucessora o edifício já desocupado, o que facilitou enormemente a viabilização da sua demolição.

16 A identidade da antiga moradora foi preservada.

lação ao potencial dos instrumentos urbanísticos celebrados como uma conquista social, na aprovação do Estatuto da Cidade, em 2002.

Durante a gestão de Marta Suplicy, implementou-se o Conselho Municipal de Habitação (CMH) como instrumento de gestão democrática. Entretanto, foi no âmbito desse conselho, responsável por fazer garantir o cumprimento do direito à moradia, que se viabilizou a demolição do edifício, com a transferência do imóvel da Secretaria de Habitação para a Superintendência Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras. O conselho, naquele período, era composto paritariamente por representantes do Poder Público, de movimentos sociais, de Organizações Não Governamentais ligadas à moradia e de representantes da universidade. A participação dos movimentos sociais foi decisiva para a aprovação da transferência do edifício, como se depreende da leitura das atas de 2010 do órgão. Na ocasião, Walter Abrahão, representante da COHAB, convenceu as lideranças de que elas poderiam ter suas demandas atendidas, com a reforma de oito imóveis no centro da cidade, em troca da condenação do São Vito¹⁷. Esses projetos não foram levados adiante e pouco se avançou, desde então, no debate sobre a concretização do direito à habitação popular bem localizada e acessível.

¹⁷ Para uma análise sobre o projeto de intervenção no edifício São Vito durante a administração de Marta Suplicy, ver Siqueira (2010).

ESTRATÉGIAS DE ESTIGMATIZAÇÃO

Figura 7: O medo do São Vito construído por múltiplas estratégias



Fonte: Organizado pela autora. À esquerda, cena do interior do edifício, em reportagem intitulada “São Vito vive dias de edifício fantasma” (FSP, 03/05/2004, p.C1). À direita, cena do filme de terror *O Iluminado*, de Stanley Kubrick (1980).

O estigma do São Vito foi construído a partir da seleção dos “fatos” que a imprensa optou por levar a público e da escolha de uma terminologia específica. Alcinhas pejorativas como “favela vertical”, “cortiço vertical” e “treme-treme” foram

reproduzidas e assimiladas até mesmo por membros de movimentos sociais. Esses termos remetiam à “deterioração urbana” e à ilegalidade da ocupação, deslegitimando o direito dos moradores como proprietários ou inquilinos. A “favela” também remete ao estigma da criminalização da população, um preconceito a ser desconstruído. Ainda assim, é importante reconhecer que o São Vito não era uma favela. O edifício estava inserido na cidade formal e legal, abrigava moradores proprietários – muitos dos quais haviam financiado a compra do imóvel pelo Banco Nacional de Habitação – e locatários (KOHARA, em entrevista de 2009). Também não se tratava de um cortiço, caracterizado, entre outros fatores, pela coabitação e ocupação excessiva¹⁸. Embora as reportagens sobre o São Vito tendessem a sobrestimar sua população, em 2003, as 430 unidades habitadas do edifício abrigavam apenas 948 pessoas (DIAGONAL URBANA, 2003, p.54), resultando em uma média de 2,2 pessoas por apartamento. De acordo com Luiz Kohara¹⁹:

Apesar de haver no prédio algumas situações em que a densidade de moradores nos apartamentos pudesse assemelhar-se a uma situação de cortiço, o São Vito não era cortiço. Os apartamentos são independentes entre si, têm banheiros independentes. Além disso, havia muitos proprietários morando lá, diferentemente do que ocorrem em cortiços, em que ou é ocupação, ou sublocação. Isso não era o que ocorria no prédio, que era ocupado predominantemente por proprietários e inquilinos [...]. Então dizer que o prédio é cortiço ou favela é sempre uma forma de estigmatizar o prédio, de difundir um preconceito. (Luiz Kohara em entrevista para a autora, 2009)

O termo “treme-treme” acrescenta a ideia de instabilidade, de risco permanente de fuga do controle. Devido à estigmatização do edifício, ao se pautar na necessidade e na viabilidade de sua demolição, ou de sua reforma, o projeto político em que a intervenção se inseria já estava dado. Disseminou-se um sentimento de medo do prédio e de seus moradores que induziu à conclusão irracional da necessidade de sua eliminação, sem um debate público efetivo. Nesse processo, o “lugar social da fala” (ARENDDT, 1981, p.337) foi ocultado, não sendo revelado o conjunto de interesses daqueles a quem foi dado voz por meio da imprensa. Portanto, não se explicitou que a proposta de “renovação” da área, tal como se pretendia conduzir, esbarrava na existência de um prédio em condições precárias e habitado por pessoas pobres. A força da estigmatização foi tamanha que chegou a ser reproduzida pelos próprios militantes dos movimentos de moradia:

A Prefeitura abriu um dique ao anunciar que irá desapropriar e reformar o São Vito, um dos mais degradados da região central da cidade [...]. Os movimentos pró-moradia querem que outros prédios sejam desapropriados [...]. “Tem outros prédios e cortiços em situação mais grave que o São Vito”, diz Veronica Kroll, do movimento Fora do Cortiço [sic] [...]. Ela elogia a decisão de desapropriar o São Vito, mas reivindica ação em prédios e cortiços invadidos cuja situação seria pior que a do prédio do Parque Dom Pedro. [...] Sídney Antonio Euzébio, 33, presidente da ULC [...] diz que a prioridade do São Vito faz sentido já que o prédio tornara-se o principal marketing negativo desse pedaço da cidade [...]. Euzébio, como Kroll, considera “muito pouco” a desapropriação só do São Vito. Ele estima que haja no centro paulistano hoje meia dúzia de prédios invadidos (prefere usar o termo ‘ocupado’). (FSP, 17/08/2003, p.C11)

¹⁸ Definição da Superintendência de Habitação de São Paulo (1992). Disponível em: <http://cortico.pcc.usp.br/BDBI/>. Acesso em: 10 set. 2009.

¹⁹ Luiz Kohara está à frente do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, numa atuação específica com a população de cortiços.

Ressalvadas as possíveis distorções nas falas dos entrevistados, não entrevemos nas lideranças o discernimento entre o tipo de intervenção que deveria ser feita em um condomínio privado e em ocupações da militância. Incorporou-se o estigma, reproduzindo a ideia, difundida pelo Poder Público e pela imprensa, de que o São Vito se tornara o principal *marketing* negativo da cidade. Ademais, houve uma sedução pelo projeto, com uma demanda do mesmo tipo de intervenção em outros edifícios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM BUSCA DE NOVAS PRÁTICAS

A análise da atuação da imprensa, articulada aos projetos do Poder Público para o centro de São Paulo, revelou a construção de um discurso que justificou uma ação brutal do Estado. Para compreender esse processo criticamente, deve ser desconstruída a ideia de “fatalidade” e “inevitabilidade” das intervenções do Poder Público na cidade. A história do edifício também esclareceu que o projeto urbano, camuflado pelos formadores da opinião pública, foi exatamente o desaparecimento de um elemento desagradável ao olhar de quem tem horror à pobreza, em uma área que se pretendia destinar aos usos das classes de maior renda.

É preciso chamar a atenção para a questão da continuidade de um projeto político-urbanístico que transcendeu questões partidárias ou ideológicas, estando profundamente institucionalizado e tendendo à naturalização. Governos aparentemente distintos e separados no tempo, como os de Jânio Quadro e de Marta Suplicy, abordaram o problema do São Vito de forma semelhante, dando prioridade à intervenção em um edifício bem localizado e que cumpria sua função social. Assim, apesar e além de distinguir nuances entre os administradores da cidade, deve-se reconhecer o projeto e sua continuidade. No caso estudado, tratava-se da revitalização do Parque Dom Pedro II, que esteve em pauta desde que tal área se transformou, especificamente no contexto de deslocamento da elite paulistana em direção ao sudoeste da cidade e das intervenções viárias que destruíram o parque. Dessa perspectiva, não é difícil reconhecer que a demolição do imóvel não foi um “acidente” decorrente da mudança de orientação dos novos gestores, mas a concretização de um mesmo projeto, em pauta há várias décadas.

Finalmente, é pertinente observar que a proposta de intervenção no edifício teve um fim em si mesma. A evidência disso é que, uma vez demolidos os prédios, os lotes, antes ocupados pelo São Vito e Mercúrio, ficaram vazios e foram transformados em estacionamento por vários anos. O uso atual como “ocupação cultural” promovida pelo SESC, esperando uma futura unidade dessa instituição, foi decidido posteriormente à execução da demolição dos edifícios. O projeto não era de construção de algo novo, mas apenas de destruição do que existia. Esse comportamento tampouco é inédito e deve ser entendido como uma marca da prática urbanística paulistana²⁰.

Os pontos assinalados revelam um projeto político que enseja uma prática urbanística brutal. Contudo, as violências subjacentes a esse projeto passaram despercebidas a quase todos, encobertas pelo estigma do imóvel. A estigmatização foi um elemento fundamental para a condução da política urbana, por meio da qual se construiu a narrativa que daria legitimidade a um projeto que, em benefício de interesses específicos, sacrificou direitos fundamentais e sociais de milhares de pessoas. As refle-

²⁰ Outro exemplo de demolição de imóveis de residência da população de baixa renda, dando lugar a vazios urbanos de destinação incerta, foi a demolição dos cortiços das ruas Assembleia e Jandaia em 1987. Poderia ser “uma rotatória ajardinada, uma alça de acesso à Av. 23 de Maio, uma garagem...” (FSP, 16/11/1988, p.A14).

Renata Monteiro Siqueira é Arquiteta e Urbanista, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo e doutoranda em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.
E-mail: renata.siqueira@usp.br

Artigo recebido em 10 de maio de 2017 e aprovado para publicação em 24 de novembro de 2017.

xões suscitadas pela análise da construção do estigma do São Vito e do projeto que ela viabilizou revelaram que este não foi um caso isolado, correspondeu, sim, à própria prática urbanística empreendida no município. Ao descortinar esses aspectos, esperamos ter contribuído para a abertura de um horizonte a partir do qual seja possível romper com essa prática e buscar novos caminhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDRT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.
- BRISTOL, K.G. The Puitt-Igoe Myth. *Journal of Architectural Education*, 44, 1991, p.163-171.
- CYMBALISTA, R. et al. *Políticas públicas para o Centro - Controle social do financiamento do BID à Prefeitura Municipal de São Paulo*. São Paulo: Instituto Pólis, 2008.
- GALVÃO, W.J.F. *Roteiro para diagnóstico do potencial de reabilitação de edifícios de apartamentos antigos*. Tese de doutoramento. São Paulo: FAUUSP, 2012.
- JENCKS, C. *The Language of Post-Modern Architecture*. Nova Iorque: Rizzoli, 1984.
- KARA-JOSÉ, B. *Políticas culturais e negócios urbanos*. São Paulo: Annablume Editora, 1ª edição, 2007.
- PAOLI, M. C. São Paulo operária e suas imagens (1900-1940). *Espaço & Debates* n° 33, 1991, p. 27-41. (Versão Impressa)
- MEYER, R.P.. Projeto Luz Cultural quer induzir, criar e revitalizar. *Revista Projeto*. São Paulo, n. 98, 1987, p.77-82. Versão Impressa.
- _____. Dinâmica de transformação da Área Central de São Paulo. *Revista Viva o Centro*. 1993, p.13-17. Versão Impressa.
- MIAKSUGO, E. *Movimentos de moradia em São Paulo: experiências no contexto do desmanche*. Tese de doutoramento. São Paulo: FFLCH-USP. Departamento de Sociologia, 2008.
- RAMOS, D.H. *A guerra dos lugares nas ocupações dos edifícios abandonados no centro de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FAUUSP, 2009.
- ROSSETTO, R. Arquitetura moderna e tipologias de mercado: uma primeira classificação. In: SAMPAIO, M.R. (org.), *A promoção privada de habitação econômica e arquitetura moderna*. São Carlos: Rima, 2002
- SARAIVA, P. de M. Requalificação do Mercado Municipal Paulistano. *Vitruvius*, 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/03.036/2259>>. Acesso em: 10 de abril de 2017
- VILLAÇA, F. *A produção e o uso da imagem do centro da cidade*, 1993. Disponível em: <www.flaviovillaça.arq.br/artigos.html> Acesso em: 15 de janeiro de 2009.
- _____. *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel | Fapesp, 2001.

NOTÍCIAS EM PERIÓDICOS

- “Além do São Vito, Edifício Mercúrio deve ser demolido”. Em: *O Estado de São Paulo*, 24/11/2006, p. C11.
- “Após demolição, Assembléia ainda espera obras”. Em: *Folha de São Paulo*, 16/11/1988, p. A14.
- “A questão do São Vito”. *O Estado de São Paulo*, 13/06/1987, p. 9.
- “Desconstruindo São Vito”. *Folha de São Paulo*, 28/11/2010, p.C4
- “Entidades querem ‘efeito São Vito’ ampliado”. *Folha de São Paulo*, 17/08/2003, p.C11.
- “Jânio quer desapropriar imóveis na região do Parque D. Pedro II”, em *Folha de São Paulo*, 14/02/1987, p. A12.

- “Kassab sai pela porta dos fundos para evitar manifestação”. *Folha de São Paulo*, 26/01/2009.
- “Moradores reformam edifício São Vito e evitam demolição”. *Folha de São Paulo*, 22/06/1988, p. A11.
- “Moradores reformam prédio que Jânio achava ‘pardieiro’”. *Folha de São Paulo*, 07/04/1989, p.C5.
- “Nas mãos da prefeita, o destino do São Vito”. *Jornal da Tarde*, 27/06/2003, p.A7.
- “Ordem do prefeito é para desapropriar e implodir São Vito”. *O Estado de São Paulo*, 04/12/1987, p. 12
- “Prefeitura agora quer implodir São Vito”. *FSP*, 10/10/2006, p. C1.
- “Prefeitura estuda implodir São Vito”. *O Estado de São Paulo*, 15/02/2005, p.C6.
- “Prefeitura interditará prédios sem segurança”. *O Estado de São Paulo*, 03/05/1987, p.23.
- “Prefeitura retira 30 famílias do Mercúrio”. *O Estado de São Paulo*, 12/02/2009.
- “Prefeitura vai derrubar parte de 25 de Março”. *O Estado de São Paulo*, 14/02/1987, p.50
- “Reforma do São Vito é estimada em R\$ 8 mi”. *Folha de São Paulo*, 14/08/2003, p. C6.
- “Reurbanização do parque Dom Pedro na Câmara”. *Folha de São Paulo*, 6/12/1980, p.9.
- SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. “O destino do São Vito”. *O Estado de São Paulo*, 21/07/2003, p.A2.
- “São Vito, ‘um edifício de família’”. *O Estado de São Paulo*, 05/12/1987, p. 11.
- “São Vito vive dias de edifício fantasma”. *Folha de São Paulo*, 3/05/2004, p.C1.
- “São Vito. Aqui nem a polícia entra”. *O Estado de São Paulo*, 03/12/1987, p. 18.
- “Troca de viaduto por ponte custa US\$ 2,2 mi”. *Folha de São Paulo*, 25/03/1992, p.03.
- “Sai logo concorrência para obras no parque”. *O Estado de São Paulo*, 17/12/1987, p.51
- “US\$ 6 milhões para acabar com este cortiço”. *Jornal da Tarde*, 10/08/2002, p. A20.
- “Recuperação do velho Parque D. Pedro vai começar este mês”. *O Estado de São Paulo*, 12/05/1987, p. 45.
- “Towers of Dreams: One Ended in Nightmare”. *New York Times*, 26/01/2012, p.C1.
- “Tribunal de Justiça julga destino dos ex-moradores do São Vito nesta segunda Feira”. *Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos*. São Paulo, 23/08/2012. Disponível em: <http://gaspargarcia.org.br/noticias/tribunal-de-justic-julga-destino-dos-ex-moradores-do-e-difuncio-sao-vito-nesta-segunda-feira/> Acesso em 10 de abril de 2017.
- “Vila Vertical”. *Folha de São Paulo*, 04/02/2004, p. C2.

DOCUMENTOS E PROJETOS

- Companhia de Engenharia de Tráfego. *Parque D. Pedro II – Projeto de reurbanização e os impactos no transporte coletivo e na circulação viária*. São Paulo: CET, set/1991.
- CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO. *Ata da 1ª Reunião do GT – Política Habitacional Para o Centro*. São Paulo: PMSP, 09/04/2008.
- _____. *Ata da 1ª Reunião Ordinária–2007-2009*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 16/01/2008.
- _____. *Ata da 2ª Reunião Ordinária–2007-2009*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 19/03/2008.
- _____. *Ata da 3ª Reunião Ordinária –2007-2009*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 17/06/2008.
- _____. *Convocatória à 3ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação–2007-2009*.
- CORRÊA, J. B.M. (coord.) *Concurso Nacional de Idéias para o Novo Centro de São Paulo – Proposta da equipe vencedora*. São Paulo: Instituto de Arquitetos do Brasil-SP/ Comissão Procentro, 1996.
- DIAGONAL URBANA, *São Vito :Diagnóstico Integrado e Participativo*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, Superintendência de Habitação Popular - Centro, ProCentro, 2003.

EDIFÍCIO SÃO VITO: PODER PÚBLICO, IMPRENSA E ESTIGMATIZAÇÃO

EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO. *Projeto Parque D. Pedro e Brás-Bresser*, São Paulo: PMSP, 1985.

_____. *Memorial do Parque Dom Pedro II* (Anexo ao Decreto nº 23.257/1986). São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 1986.

SUPERINTENDÊNCIA DE HABITAÇÃO POPULAR-SP, *Edifício São Vito, apresentação para a prefeita, 2003*.

_____. *Programa Morar no Centro: Mecanismos para Atração de Famílias de Renda Média*. São Paulo: Procentro, s.d.

KOHARA, L. *Importância da Reforma do São Vito*. Apresentação para os conselheiros do CMH em 19/03/2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, Decreto 23.459, 19/02/1987.

SILVA, H.M.B. *Documento preparado para o encontro: "Habitação no Centro de São Paulo: Como Viabilizar esta idéia?"* São Paulo: LabHab, 2000.

ENTREVISTAS

Ex-moradora do São Vito, em 26/05/2009.

Luiz Kohara, coordenador do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, em 28/09/2009.